

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2019

(Do Sr. CHARLES FERNANDES)

Dispõe sobre a dedução das despesas com aluguel residencial na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda para as pessoas físicas que não tenham imóvel próprio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. _____ 8º

.....:

.....

II -

.....

.....

k) aos valores pagos a título de aluguel residencial, limitados a 15 % (quinze por cento) da renda bruta, de um único imóvel, por pessoas físicas que não tenham imóvel próprio.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei é permitir que as pessoas físicas que não tenham imóvel próprio possam deduzir na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda os valores pagos a título de aluguel residencial, limitados a 15% da renda bruta, de um único imóvel, como uma forma de assegurar o cumprimento do direito constitucional à moradia, insculpido no art. 6º da Carta Magna.

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta medida para a consecução do direito à moradia, gostaria de contar com o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado CHARLES FERNANDES

2019-6172